

NOTÍCIAS

INFORMATIVO DA FENATRACOP
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO PESADA

DA PESADA



FEVEREIRO - 2015

SEGURO DESEMPREGO

Setores com alta rotatividade de mão de obra exigem menos rigidez

Presidente da Fenatracop, Wilmar dos Santos, envia carta a ministro em defesa dos trabalhadores da construção pesada e montagem industrial



Wilmar dos Santos: seis propostas para debater com o governo federal melhores condições para categoria

O presidente da Fenatracop, Wilmar Gomes Dos Santos, enviou carta ao Ministro Miguel Rosseto, da Secretaria-Geral da Presidência da República, na expectativa de sensibilizar o governo federal acerca dos impactos do enrijecimento da concessão do seguro desemprego no setor de construção pesada e montagem industrial. A alta rotatividade e o elevado índice de terceirização, levam a mão de obra do setor a contar com o benefício para manter o sustento

familiar. “Como não há delimitação clara e legal sobre a terceirização nas obras e são constantes as situações de trabalho temporário ou por tarefa de 3 a 6 meses, bem como do chamado trabalho por conta própria ou contrato de experiência ou na simples ausência de contrato de milhares de trabalhadores do setor”, detalha Wilmar.

Outro ponto destacado pelo presidente é o art. 477 inciso I da CLT regulado pela Lei 5.584 de 26 de junho

de 1970, criada no governo Garrastazu Médici para esvaziar os sindicatos, que restringe a assistência nas homologações dos contratos de trabalho nos sindicatos e no MTE para os trabalhadores com mais de um ano de contrato na empresa, excluindo mais de 80% da categoria da construção da assistência nas rescisões de contrato e, por consequência, no encaminhamento ao seguro desemprego.

Há de se considerar ainda a fal-





ta de organização sindical nos locais de trabalho e a pouca fiscalização do MTE nas dezenas de milhares de obras em todo o Brasil. “Embora o Conselho Curador do FGTS tenha aprovado há anos o acesso dos sindicatos às guias de recolhimentos do FGTS, para exercer a fiscalização, empresas e CEF se recusam a informar”, afirma o presidente, que ao final da carta propõe seis pontos como forma de garantia de direitos sociais e aumento de arrecadação.

PROPOSTAS

- Inclusão de retenção de percentual para a previdência social no pagamento da remuneração do seguro desemprego, garantindo assim às categorias profissionais com grande rotatividade perspectiva de aposentadoria por tempo de serviço e os demais benefícios da previdência.
- Fim da vigência do inciso I da lei Lei 5.584 de 26 de junho de 1970, a fim de garantir a assistência sindical de forma universal jurídica e administrativa a todos os trabalhadores como prevê a Constituição de 1988. Desta forma, passaria a ser obrigatório o encaminhamento do seguro desemprego com aval da empresa e do sindicato da categoria profissional de forma universal e não unilateral pela empresa como é hoje.
- Aumento do número de auditores fiscais no Ministério de Trabalho e Emprego de forma a garantir aumento das fiscalizações nas empresas em todo país.
- Implantação das comissões de trabalhadores nos locais de trabalho e a efetiva implementação efetiva da convenção 135 da OIT, que garante a organização por local de trabalho já assinadas e sancionadas pelo governo brasileiro.
- Não implementação do sigilo bancário sob o FGTS e INSS, para que os sindicatos possam exercer o poder constitucional e legal de fiscalização sob os direitos dos trabalhadores relacionados às verbas públicas.
- Criação de um GT específico da Mesa Permanente para discutir os temas acima mencionados e já encaminhados ao governo federal via Bancada dos Trabalhadores em diversas ocasiões.



Deputado acusa Petrobras de prestigiar grupos estrangeiros

Bebeto Galvão (PSB) considera conduta como espancamento ao processo de reconstrução do setor industrial do Brasil



Bebeto Galvão: dos 300 mil trabalhadores terceirizados da Petrobras, 80 mil estão na indústria naval

O deputado federal Bebeto Galvão (PSB) ficou estupefocado com a decisão da Petrobras de publicar um edital de licitação para contratar blocos para a construção dos equipamentos da indústria naval no país através de grupos estrangeiros, proibindo a participação de empresas brasileiras nos serviços.

Bebeto, que é presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada e Montagem Industrial (SINTEPAV) e secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Construção, avalia que essa postura configura um verdadeiro “tiro no pé” e um espancamento sem precedentes ao processo de reconstrução do setor industrial do Brasil, iniciado pelo ex-presidente Lula, que permitiu ao país uma escala de crescimento, garantindo possibilidades para a melhora da indústria nacional, com a reformulação dos modelos de contratação, de forma que garantiu o fortalecimento do conteúdo nacional.

Galvão denuncia ainda que “essa medida desastrosa pode representar a demissão de cerca de 100 mil trabalhadores em todo o país e o início de um caos sócio econômico gigan-

tesco.” Ele já iniciou um processo de mobilização com diversos sindicatos para protestar contra a decisão da Petrobras e, caso a situação não seja revertida, promover uma greve da classe trabalhadora do setor em todo o território brasileiro. Para se ter uma ideia, cerca de 300 mil trabalhadores terceirizados atuam a serviço da estatal e deste montante 80 mil trabalhadores estão na indústria naval.

Bebeto exige que a presidenta Dilma Rousseff se retrate com a população porque permitiu que a gestora da Petrobras, Graça Foster, tenha cometido esse verdadeiro boicote à economia nacional. “Isso é um absurdo sem tamanho. Não estou me reconhecendo em que Brasil estamos vivendo, que deveria priorizar política industrial, que é capaz de gerar riquezas, bens e serviços para fortalecer a economia nacional, mas está simplesmente a promover um loteamento do país para grupos estrangeiros. Não podemos aceitar isso. Ou o governo soluciona esse disparate ou os trabalhadores vão fazer uma paralisação no país nas mesmas proporções”, avisa Bebeto.



Em defesa da engenharia naval

Fenatracop assina carta aberta à população

A Fenatracop participou de reunião no Rio de Janeiro, na Sede do Histórico Sindimetal-Rio, com sindicatos, centrais sindicais, federações e confederações dos setores de petróleo, químicos, metalúrgicos, construção pesada e montagem industrial e principalmente o setor naval para debater a Petrobrás o setor naval.

O motivo principal da reunião foi que recentemente, a Petrobrás anunciou a contratação de empresas estrangeiras por conta do impedimento de empreiteiras brasileiras que estão envolvidas na operação Lava Jato. A medida, caso se confirme, prejudica imensamente o setor naval brasileiro e toda a cadeia produtiva, desempregando milhares de trabalhadores. Para denunciar este caso e barrar essa proposta, os sindicalistas assinaram carta aberta na qual reivindicam a revisão deste processo licitatório; o respeito à política de Conteúdo Local; o fortalecimento da engenharia nacional e a adoção de medidas de que garantam a curva ascendente do crescimento da indústria naval brasileira e do restante da cadeia e, por consequência, dos empregos diretos e indiretos e do desenvolvimento social de todo o território nacional e, principalmente, a garantia dos direitos dos trabalhadores envolvidos nestes contratos.

O Presidente da Fenatracop, Wilmar Gomes dos Santos e o deputado federal Adalberto Galvão, o Bebeto, destacaram as demissões já havidas em todo o país e a necessidade da Petrobras não seguir pelo caminho de pré-julgar e de antes de qualquer decisão judicial jogar o ônus da crise da Petrobras nos ombros dos trabalhadores do setor de construção e naval, fornecedores de produtos e serviços a empresa.

Além de aprovar a carta, o objetivo é fazer ações para que o governo mude de ideia, realizando inclusive atos nacionais nos estados, com datas que ainda serão definidas.

Carta aberta ao povo brasileiro

Os Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria Naval, Construção e Montagem, Federações, Confederações e Centrais Sindicais abaixo assinados, vêm a público repudiar e manifestar suas preocupações diante da divulgação, pela Petrobrás, do último processo licitatório para construção de módulos de compressão de gás para navios-plataformas, que EXCLUI empresas brasileiras do certame.

Para nós: – A divulgação pela Petrobrás do procedimento licitatório na modalidade “Convite”, pelo qual foram convidadas a participar apenas empresas estrangeiras, excluindo empresas nacionais, fere a política de Conteúdo Local instituída em 2003 pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva, através do Promef, Prominp e outros programas que visam fomentar a Indústria Naval Brasileira e toda sua cadeia com a geração emprego, renda e riquezas. O Conteúdo Local foi uma conquista dos trabalhadores e possibilitou o resgate do setor. Portanto, é inadmissível qualquer tentativa de inviabilizar investimentos e transferi-los para outros países; – A decisão de excluir as empresas nacionais corresponde a um desvirtuamento da política industrial adotada pelo Governo Federal nos últimos anos, que é investir em geração de emprego, renda e capacitação para os brasileiros, permitindo, assim, o fortalecimento da indústria nacional transformando-a em um setor promissor e moderno, com mão de obra cada vez mais qualificada; – A contratação de empresas estrangeiras provoca insegurança para investidores nacionais e, conseqüentemente, um processo desenfreado de demissões, prejudicando milhares de famílias brasileiras. Hoje, o setor naval emprega mais de 82 mil trabalhadores, muito diferente da década de 1990, quando empregava míseros 2 mil funcionários. Naquela época, as contratações de serviços eram todas designadas para outros países.

Essa prática é abominável, retrógada e inadmissível nos dias de hoje, em que o setor se mostra pujante e promissor; –A decisão de parar com o Projeto em Charqueadas, no sul do país, provoca o abandono de toneladas de materiais como chapas de aço e módulos em processo avançado de construção e abriu precedentes para milhares de demissões em todo país com o agravante da falta de pagamento das verbas rescisórias. – A política de geração de empregos no exterior afeta diretamente a economia nacional, provocando modificações na arrecadação governamental, circulação de capital, queda de renda da população, uma vez que empresas não investirão em mão de obra, contratação de insumos e geração de riquezas no Brasil. Tal atitude da Petrobrás poderá provocar a quebra de várias empresas, lesando, mais uma vez, a classe trabalhadora de norte a sul deste país; – A Operação Lava Jato da Polícia Federal não pode ser utilizada como pretexto para demissões. Os verdadeiros prejudicados são seus funcionários, que possuem famílias e necessitam dos empregos. A Polícia Federal deve investigar e a Justiça punir exemplarmente os envolvidos em qualquer esquema de desvio de conduta, tanto na Petrobrás quanto em qualquer instituição privada, mas isso não pode, de maneira alguma, acarretar “na pena” do desemprego de trabalhadores; – A Petrobrás é a principal empresa do Brasil. Suas ações beneficiam não apenas o setor naval, mas colabora diretamente para o desenvolvimento do país, com investimentos em vários setores como: meio ambiente, esporte, questões sociais, geração de riquezas, geração de empregos diretos e indiretos, enfim, ela movimenta diversos setores e produz efeitos diretos na vida dos brasileiros. A indústria do petróleo nacional precisa rever a sua política de contratação, privilegiando a indústria nacional em contratos de EPC (Engineering, Procurement and Construction Contract).

Se faz necessária uma imediata revisão nos aditivos de contrato que geram uma inadimplência juntos aos contratados e conseqüente dificuldades para os trabalhadores. Sendo assim, as entidades abaixo assinadas reforçam a necessidade de uma Petrobrás estatal e forte e do fortalecimento do modelo de partilha. Reivindicam a revisão deste processo licitatório; o respeito à política de Conteúdo Local; o fortalecimento da engenharia nacional e a adoção de medidas de que garantam a curva ascendente do crescimento da indústria naval brasileira e do restante da cadeia e, por consequência, dos empregos diretos e indiretos e do desenvolvimento social de todo o território nacional e, principalmente, a garantia dos direitos dos trabalhadores envolvidos nestes contratos.



Contra as demissões na Petrobras

Fenatracop chama atenção para o impacto social da operação Lava Jato

O impacto das investigações da operação Lava Jato na Petrobras extrapolam o denunciamento de corrupção na estatal. Mais de 20 mil trabalhadores foram demitidos em sete projetos da empresa nos estados da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. “Diante de desmonte descarado das empresas de engenharia de construção pesada e montagem industrial do Brasil, a Fenatracop traz a público os impactos sociais que ninguém pensa em medir, pois apenas se levanta a questão da corrupção”, dispara o presidente da Fenatracop, Wilmar dos Santos.

As demissões ocorreram em empreiteiras que compõem as 23 da operação Lava a Jato e em outras empreiteiras menores que trabalham em obras complementares. “A maioria destas demissões dá-se sem pagamento das rescisões de contrato de trabalho e, por serem empresas menores que não têm bens ou créditos a serem arrestados pela Justiça do Trabalho em favor dos trabalhadores, resta somente a alternativa da subsidiariedade trabalhista ou solidariedade da Petrobras, como contratante principal dos trabalhos realizados por estes trabalhadores”, afirma o sindicalista.

Em termos de impacto familiar, a essas mais de 20 mil demissões soma-se pelo menos mais três dependentes, bem como os trabalhadores indiretos de apoio às obras. “Cálculo óbvio e sem medo de errar, podemos apontar um possível impacto até aqui na vida de mais de 80 mil brasileiros de Norte a Sul do país”, afirma Wilmar. A Fenatracop ainda não chegou ao final do levantamento, pois por informações obtidas junto ao patronal Sinicon, quando compara o nível de emprego em apenas 12 das 23 empresas citadas na operação Lava Jato, observa redução de mais de 70 mil trabalhadores em relação ao período anterior.

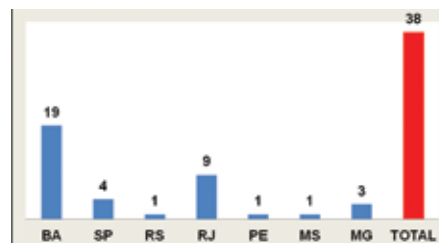
“Como diz o ditado popular, não podemos jogar a criança junto com a água do banho, temos que preservar o que é essencial, e não são so-



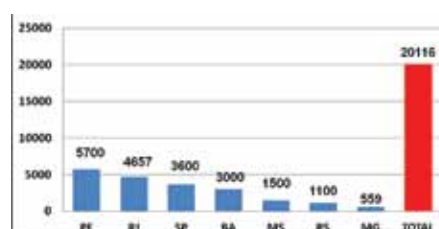
Defesa do emprego: à esquerda Wilmar dos Santos na mesa de negociação e acima, assembleia com trabalhadores no Complexo de Suape

mente os trabalhadores concursados da Petrobras são importantes”, diz o presidente. Hoje, existem pelo menos três trabalhadores terceirizados para cada concursado na estatal. “Os trabalhadores, operários, engenheiros, técnicos, administrativos das empresas de engenharia também são essenciais ao país e devem ser respeitados. Quem fez corrupção e desvios deve pagar, mas não podemos insuflar o desmonte da Petrobras nem das empresas de engenharia brasileiras”, defende Wilmar.

NÚMERO DE EMPRESAS ATINGIDAS



NÚMERO DE TRABALHADORES DEMITIDOS



DEMISSÕES NA PETROBRAS

OAS/CONSTRAN

ESTALEIRO ENSEADA-B 1.500

Comim Automação • Proem Montagens • Tenace Engenharia • G&E Manutenção • Tenasa • Sigmatronic • Construtora Paiva • Hilub • Consórcio Andrade Technit • Pampulha Engenharia • MTM Tecnologia • FAZ Manutenção • América Revestimentos • Montril • Montec • Qualiman • Instrutec • R.Carvalho

CANDEIAS - BA 1.500

LM Engenharia • Produmam • Consorcio PJP/Produmam

REGAP-MG 559

Produman • Amir • Colorisol • Serteco • Proem

REDUC-RJ 1.757

Alumini (Ex Alusa)

COPERJ - RJ 2.500

Mendes Junior-Omx

PLATAFORMAS PORTO AÇU RJ 400

CONSORCIO FN 3

FÁBRICA TRÊS LAGOAS - MS 1.500

TOME-TECHINT CUBATAO - SP 3.600

CONSORCIO COEG MULTITEK ALUMINI (EX-ALUSA)

ENGEVIX RENEST - PE 5.700

lesa

POLO DE CHARQUEADAS - RS 1.100

TOTAL 20.116